

MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BRASIL – MIEIB
GT 07 EDUCAÇÃO DE CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED

RELATÓRIO

LEVANTAMENTO JUNTO AOS
SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES,
MOVIMENTOS E DEMAIS
ENTIDADES QUE REPRESENTAM
TRABALHADORAS E
TRABALHADORES DE
INSTITUIÇÕES QUE OFERTAM
EDUCAÇÃO INFANTIL

Ano 2020

MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BRASIL – MIEIB
ANPED GT 07 EDUCAÇÃO DE CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS

RELATÓRIO

LEVANTAMENTO JUNTO AOS SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES, MOVIMENTOS E DEMAIS ENTIDADES QUE REPRESENTAM TRABALHADORAS E TRABALHADORES DE INSTITUIÇÕES QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL

Ficha Técnica

Organização Pesquisa e Relatório

Grupo de Trabalho: Associação Nacional em Pesquisa e Pós-graduação em Educação (Anped)/ GT07: Educação das crianças de 0 a 6 anos e Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib)

Autoria:

Adelaide Alves Dias
Ana Lúcia Goulart de Faria
Andréa Simões Rivero
Angela Scalabrin Coutinho
Conceição Gislâne Nóbrega
Denise Maria de Carvalho Lopes
Edna Lopes
Elaine Luciana Sobral Dantas
Gioconda Ghiggi
Lenira Haddad
Lívia Fraga Vieira
Maria Renata Alonso Mota
Mércia de Figueiredo Noronha Pinto
Patrícia Tropia

Leitura Crítica:

Maria Aparecida Camarano
Sandro Vinícius Sales dos Santos
Sílvia Helena Cruz

Diagramação

Gioconda Ghiggi



TABELAS

TABELA 01 - NÚMERO DE MATRÍCULAS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO POR SEGMENTO (CRECHE, PRÉ-ESCOLA) POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO POR SEGMENTO - BRASIL, 2019.....	12
TABELA 02 – NÚMERO DE DOCENTES E AUXILIARES DOCENTES, ETAPA EDUCAÇÃO INFANTIL E POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL, 2019.....	13
TABELA 03 – NÚMERO DE DOCENTES E AUXILIARES DOCENTES SEGUNDO ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO POR SEGMENTO TIPO DE VÍNCULO	13
TABELA 04 – CATEGORIA DAS ENTIDADE.....	14
TABELA 05 – ABRANGÊNCIA DAS ENTIDADES.....	14
TABELA 06 – NÚMERO DE FILIADOS/AS DAS ENTIDADES RESPONDENTES.....	15
TABELA 07 – ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM QUE ATUAM OS/AS PROFISSIONAIS REPRESENTADOS PELAS ENTIDADES	16
TABELA 08 – CARGO DOS/AS RESPONDENTES NAS ENTIDADES.....	17
TABELA 09 – RAÇA/COR DOS RESPONDENTES.....	18
TABELA 10 - DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DOS PROFISSIONAIS REPRESENTADOS/AS PELA ENTIDADE.....	19
TABELA 11 – PERFIS PROFISSIONAIS REPRESENTADOS PELA ENTIDADE	20
TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS POR ENTIDADE	20
TABELA 13 – LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS PELA ENTIDADE	21
TABELA 14 – FORMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES E OS/AS FILIADOS/AS.....	22
TABELA 15 - MEDIDAS TRABALHISTAS	23
TABELA 16 - MEDIDAS TRABALHISTAS POR TIPO DE REDE (EM %)......	24
TABELA 17 – PERCEPÇÃO DOS/AS PESQUISADOS/AS SOBRE A ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA MAIS IMPACTADA PELAS MEDIDAS TRABALHISTA	28
TABELA 18 – PERCEPÇÃO DAS ENTIDADES PESQUISADAS SOBRE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES REMOTAS ENTRE OS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	29
TABELA 19 - FREQUÊNCIA DE DIFICULDADES RELATADAS PELOS/AS PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES REMOTAS.....	30
TABELA 20 – ENTIDADES SEGUNDO TIPO DE MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS SOBRE O ENSINO REMOTO	33
TABELA 21 – NÚMERO E PERCENTUAL DE ENTIDADES QUE FORAM CHAMADAS PELO PÚBLICO PARA COLABORAR NA DISCUSSÃO E ARTICULAÇÃO SOBRE AÇÕES EXECUTADAS POR MEIO REMOTO/VIRTUAL NAS CRECHES/PRÉ-ESCOLAS/ESCOLAS	34
TABELA 22 – NÚMERO E PERCENTUAL DE ENTIDADES QUE FORAM CHAMADAS PELO PÚBLICO PARA COLABORAR NA DISCUSSÃO E ARTICULAÇÃO SOBRE POSSÍVEL RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS CRECHES/PRÉ-ESCOLAS/ESCOLAS	35
TABELA 23 – DOCUMENTO OU MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DESENVOLVIDA PELA ENTIDADE	35

IMAGENS

FIGURA 1- DISTRIBUIÇÃO DOS/AS RESPONDENTES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2020..... 11

QUADROS

QUADRO 01 - ENDEREÇOS DOS SINDICATOS COM A PRODUÇÃO OU MANIFESTAÇÕES SOBRE O RETORNO DAS ATIVIDADES..... 36

GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – SEXO/GÊNERO DOS RESPONDENTES..... 17

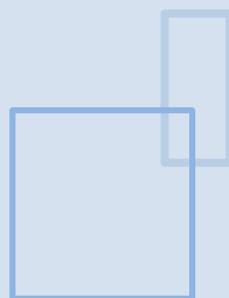
SIGLAS

ANPED	Associação Nacional em Pesquisa e Pós-graduação em Educação
CME	Conselho Municipal de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONFETAM	Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal
CONTEE	Confederação Nacional do Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
GESTRADO	Grupo de estudos sobre política educacional e trabalho docente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MIEIB	Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil
MP	Medida Provisória
UNCME	União Nacional dos Conselheiros de Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigente Municipais



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	04
2 METODOLOGIA.....	08
3 SÍNTESE DOS DADOS.....	11
4 SINDICALISMO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE I	51
ANEXO I.....	57



1 INTRODUÇÃO¹

O presente relatório é o produto de uma ação conjunta do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped), por meio do Grupo de Trabalho Educação de Crianças de 0 a 6 anos – GT07, que teve como objetivo conhecer a percepção das lideranças sindicais da educação sobre o trabalho remoto e os direitos trabalhistas que afetam os/as docentes da Educação Infantil no período de pandemia da Covid-19, bem como, as orientações e as ações desenvolvidas pelos sindicatos, associações, movimentos e demais entidades que representam os/as profissionais no âmbito da Educação Infantil no contexto da pandemia da Covid-19.

O MIEIB, movimento social suprapartidário, congrega os fóruns de Educação Infantil existentes em todo o território nacional e tem como objetivos: promover mobilização e articulação nacional no campo da Educação Infantil, junto aos organismos responsáveis ou representativos do setor no plano nacional, e divulgar para a sociedade brasileira uma concepção de Educação Infantil comprometida com os direitos fundamentais das crianças e com a consciência coletiva sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento do ser humano. Enquanto princípios, destacam-se neste contexto: i) o reconhecimento do direito constitucional das crianças de 0 a 06 anos (independentemente de raça, idade, gênero, etnia, credo, origem sócio-econômica-cultural, nacionalidade etc.) ao atendimento em instituições públicas, gratuitas e de qualidade social; ii) a indissociabilidade entre cuidar/educar visando o bem estar, o crescimento e o pleno desenvolvimento da criança de 0 a 06 anos; iii) a identificação da Educação Infantil enquanto campo de conhecimento e ação pública intersetorial, interdisciplinar, multidimensional e em permanente evolução.

A Anped é uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, professores/as e estudantes vinculados a estes

¹ Tanto a introdução quanto a metodologia, utilizam partes dos textos que compõem outros dois relatórios (MIEIB, 2020a; 2020b), que versam sobre a Educação Infantil em tempos de pandemia, disponíveis em: <https://www.mieib.org.br/biblioteca/>

programas e demais pesquisadores/as da área. Ela tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social. Sua estrutura é composta por várias instâncias, dentre elas, os grupos de trabalho, que visam aglutinar e difundir o conhecimento produzido pelos/as pesquisadores/as das áreas de educação. São 23 GTs temáticos, sendo o GT07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos o que está diretamente envolvido com o levantamento que trata este relatório. Os GTs congregam pesquisadores/as de áreas de conhecimento especializadas, que além de aprofundar o debate sobre interfaces da Educação, definem atividades acadêmicas das Reuniões Científicas Nacionais da Anped.

Os princípios que regem o MIEIB e a Anped guiaram o levantamento realizado junto aos sindicatos, associações, movimentos e demais entidades que representam trabalhadoras e trabalhadores da educação, em especial da Educação Infantil, sobre orientações e ações adotadas durante a suspensão de atividades presenciais em creches e pré-escolas, decorrente do avanço da Covid-19. O presente relatório expressa, neste sentido, o esforço coletivo dos movimentos, sociais e acadêmicos, em defesa da Educação Infantil, em compreender esse momento *sui generis* da história recente da humanidade e suas implicações para o trabalho das profissionais da Educação Infantil.

No mesmo contexto, foram também elaborados dois outros relatórios. Um deles contendo as informações relativas às orientações e ações realizadas pelas Secretarias Municipais de Educação, fruto de articulação do MIEIB com a União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME) e outro discutindo as orientações por parte dos Conselhos de Educação, uma parceria do MIEIB com a União Nacional dos Conselheiros de Educação (UNCME), no período inicial de isolamento social.

Desde o final de 2019, uma doença infectocontagiosa ocasionada pela propagação de um vírus ainda pouco conhecido pela literatura médica vem se disseminando em escala global, afetando progressivamente as populações de diferentes países – o que a área da saúde define como pandemia. Até o momento, a comunidade científica mundial conseguiu identificar que essa pandemia é decorrência da proliferação da Covid-19

(Corona Virus Disease, doença descoberta em 2019), ocasionada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, cujos sintomas apresentam um quadro clínico pouco preciso, que varia de infecções assintomáticas a quadros de insuficiências respiratórias graves.

As autoridades de saúde pública, tanto no Brasil quanto no mundo, até então, não dispõem de medicamentos, vacinas ou protocolos de tratamento dessa enfermidade, tampouco se veem munidas de conhecimentos satisfatórios que permitam compreender os efeitos a médio e longo prazo dessa doença sobre a saúde humana.

Em função disso, a maioria dos países afetados pela Covid-19, orientados pelas considerações de cientistas e especialistas em saúde pública, infectologistas e virologistas, adotou o distanciamento social como principal medida de contenção da propagação do vírus, com resultados positivos confirmados sobre a evolução da pandemia. Em quase todo o planeta, tal escolha pressupõe o fechamento temporário de creches, pré-escolas, escolas e faculdades (CAMPOS et al, 2020).

Não bastasse o contexto devastador que a pandemia impôs à sociedade brasileira, com sérios efeitos sobre a educação e o trabalho, vivemos um momento de instabilidade política ocasionado pela inoperância e incapacidade de gestão do executivo nacional no combate à crise sanitária que avança desenfreada pelo país, que se amalgama a uma onda de retrocessos no campo das ideias, da cultura e das práticas pedagógicas. No âmbito da Educação Infantil, as decisões emergenciais, tomadas sem pertinente orientação dos órgãos de controle da educação nacional, apresentaram soluções pouco eficazes e, por vezes, conflituosas (OLIVEIRA, 2020), baseadas em justificativas diversas, que vão desde a salvaguarda da economia, em oposição à defesa da vida, até a busca por mitigar prejuízos maiores aos calendários escolares. Como decorrência das medidas preventivas de distanciamento social, a suspensão do atendimento em instituições de Educação Infantil abriu caminho para o avanço de propostas educacionais equivocadas e comprometidas com o mercado, tais como: educação domiciliar, ensino remoto e adoção de sistemas apostilados para creches e pré-escolas. Trata-se de propostas e materiais há muito apresentados aos sistemas de ensino por grandes conglomerados educacionais, que contrariam as concepções de Educação

Infantil defendidas pelo MIEIB e apresentam descompasso com as definições legais, dentre as quais, a criança como sujeito de direitos e centro do trabalho pedagógico.

Associa-se a este cenário, notícias das mais variadas medidas que incidem sobre os/as profissionais que atuam em creches e pré-escolas, que vão desde a obrigação de elaborar e realizar atividades a distância (mediadas ou não por recursos tecnológicos), passando pela interrupção de contratos de trabalho, chegando até mesmo à demissão de trabalhadores/as da educação que atuam em instituições privadas e em redes públicas, com contratos temporários.

O conjunto destas ações se encontra em descompasso com as concepções defendidas pelos movimentos em defesa da Educação Infantil, dentre as quais destacam-se: a Educação Infantil como direito de todas as crianças residentes no território nacional; a centralidade das experiências dos bebês, das crianças bem pequenas e pequenas nas propostas pedagógicas, a indissociabilidade entre o cuidar e educar, as interações e a brincadeira como eixos estruturantes do currículo da Educação Infantil (BRASIL, 2009).

Neste cenário, o MIEIB, ciente de seu papel na defesa intransigente da Educação Infantil democrática, inclusiva, de qualidade socialmente referenciada, se viu compelido a agir e, nesse sentido, buscou a Anped para, em um trabalho compartilhado e coordenado pelo GT07, desenvolver este levantamento com o objetivo de obter informações relevantes para acompanhar e contribuir de forma embasada com as ações relativas aos/às profissionais da Educação Infantil.

Este Relatório está organizado em quatro seções, além desta Introdução. Na primeira, apresentamos o desenho metodológico do levantamento de informações junto às entidades representativas dos/as profissionais da Educação Infantil, bem como o processo de produção das informações. Na seção seguinte, são apresentados os dados produzidos por meio do levantamento. A terceira parte traz uma análise sobre o sindicalismo docente na Educação Infantil. Por fim, são apresentadas algumas sínteses e os principais encaminhamentos que o levantamento apontou.

2 METODOLOGIA

A constituição do grupo de trabalho denominado GT MIEIB-ANPED é decorrente de uma solicitação apresentada pelo MIEIB à diretoria da Anped com a proposta de constituição de um grupo interinstitucional para realizar um levantamento junto aos sindicatos, associações e demais entidades representantes dos/as trabalhadores/as da Educação Infantil.

Esse é o terceiro levantamento realizado pelo MIEIB, a partir da mobilização de um grupo de integrantes do movimento, que espontaneamente se organizou diante da preocupação em compreender como o isolamento social, imposto para dificultar a disseminação da Covid-19, estava impactando a Educação Infantil. Assim, muito rapidamente, algumas pessoas se dispuseram a contribuir na realização de um levantamento de abrangência nacional acerca de como, nesse contexto, a comunidade escolar, as secretarias de educação, os conselhos estaduais, municipais e distrital de educação e os órgãos de classe dos/das professores/as e demais trabalhadores/as da educação estavam lidando com a suspensão das atividades presenciais em creches e pré-escolas.

O GT MIEIB-Anped foi composto em junho de 2020. Nele participaram representantes do MIEIB, que já vinham trabalhando em um instrumento para o levantamento dos dados, e representantes da Anped, sendo estes/as associados/as do GT07. Foi marcada uma primeira reunião virtual para alinhar os objetivos, um cronograma de trabalho e a revisão do instrumento a ser utilizado.

O questionário foi elaborado de maneira participativa: um subgrupo, formado por pesquisadoras da Anped com experiência no uso de questionário em investigações científicas no campo educacional, e representantes do MIEIB, que além da familiaridade com a pesquisa também dispunham de conhecimentos sobre as entidades sindicais, realizaram uma revisão do questionário, que foi disponibilizado via Google Drive para todos/as os/as componentes do GT MIEIB-Anped analisarem e

enviarem sugestões. Uma última revisão foi realizada por um pesquisador com experiência em organização e análise de dados quantitativos, que sugeriu pequenos ajustes à estruturação das questões. O questionário passou por um pré-teste, sendo solicitado a 05 entidades sindicais que o respondessem. Destas, foram obtidos 04 retornos. Com base nos indicativos dos/as respondentes/as do pré-teste, novos pequenos ajustes foram realizados e o questionário foi validado. Ao final, foi estruturado um questionário com 3 blocos de questões: Bloco 1: dados de identificação do/a respondente da entidade; Bloco 2: Caracterização da entidade; Bloco 3: Condições de trabalho e ações desenvolvidas na pandemia, constituindo um total de 16 questões.

Após a aprovação do questionário, ocorreu a divulgação da pesquisa. Dentre os meios utilizados destacamos a articulação com três importantes entidades sindicais nacionais: a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM) e a Confederação Nacional do Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE). Estas entidades encaminharam comunicado sobre a pesquisa e o endereço (link) de acesso ao formulário aos/às seus/suas filiados/as. Outros importantes meios de divulgação foram os fóruns vinculados ao MIEIB e os/as pesquisadores/as que compuseram o grupo de trabalho que organizou a pesquisa. As entidades foram contatadas por e-mail e por telefone solicitando-se que respondessem ao questionário. Os fóruns e as centrais sindicais também divulgaram a pesquisa em suas redes sociais.

O formulário ficou disponível para resposta na plataforma *Google Forms* por mais de um mês, entre 25 de junho e 04 de agosto de 2020, com duas prorrogações de prazo. As respostas evidenciam um momento específico da pandemia da Covid-19, que implicou na adoção de orientações e ações, que possivelmente passaram por alterações, quando da finalização deste relatório, dada a permanência da pandemia no nosso país e a dinâmica das tomadas de decisão por parte das mantenedoras e empregadores/as, públicos ou privados.

Ao final do prazo estipulado, foram obtidas 155 respostas, sendo que destas 123 foram consideradas válidas. A validação das respostas precedeu o tratamento dos dados. A delimitação das respostas validadas seguiu os seguintes critérios:

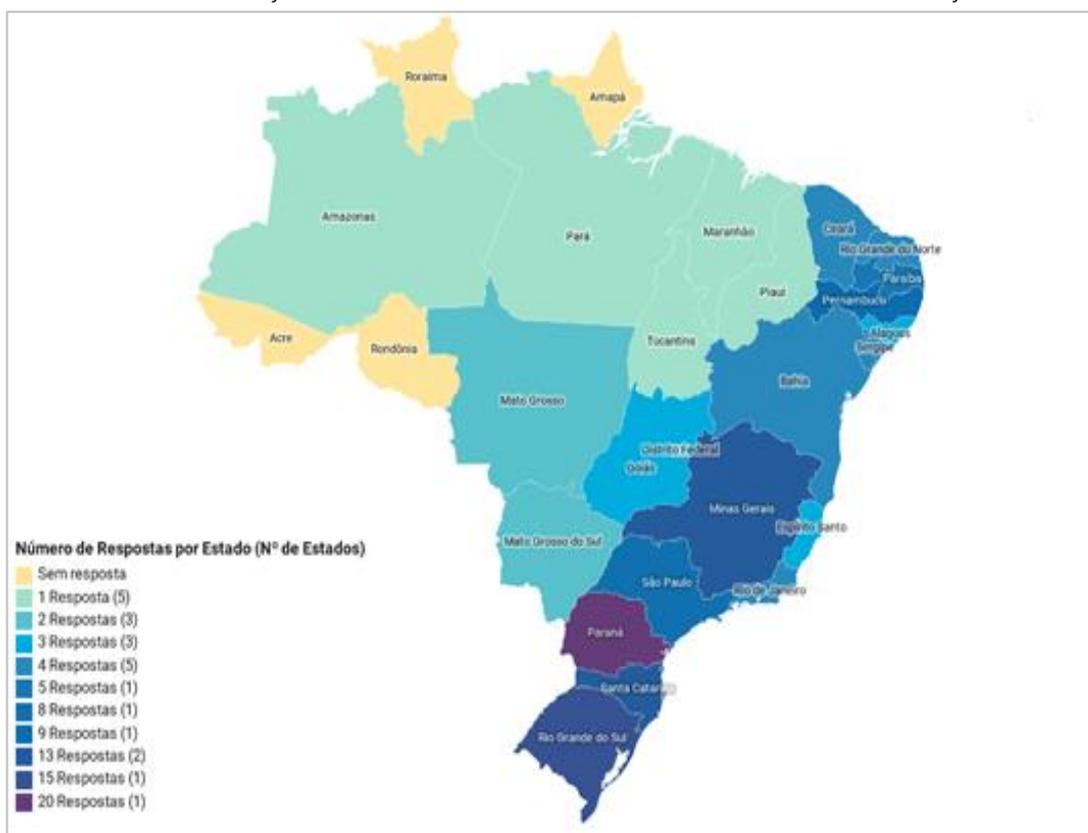
1. validação do respondente/instituição a fim de evitar duplicidade de resposta, considerando-se a última resposta enviada e descartando-se as demais;
2. descarte das respostas sem informação da entidade. Antes, porém, foi realizada uma tentativa de contato com os respondentes que não identificaram a entidade, a fim de verificar se estavam vinculados a alguma, mas não houve devolutivas;
3. não validação das respostas de entidades que não representam profissionais da Educação Infantil; e
4. realização de uma análise crítica das respostas e descarte das incompletas.

Outro procedimento adotado para analisar as respostas obtidas, foi a criação de um subgrupo do GT MIEIB-Anped para levantamento da produção sobre sindicalismo docente na Educação Infantil, a fim de buscar elementos para a contextualização e melhor compreensão dos resultados obtidos. Para o tratamento dos dados, foram adotados os seguintes critérios: análise a partir das categorias que constituíram os blocos de questões do questionário; apresentação conforme a frequência das respostas; elaboração de tabelas e gráficos; consideração da categoria "outros" apenas nos casos em que foi considerada significativa.

3 SÍNTESE DOS DADOS

No Brasil, temos 27 unidades da federação, destas, obtivemos respostas de entidades representativas dos/as trabalhadores/as da Educação Infantil de 23, o que corresponde a 85,2% do total. Em termos regionais, obtivemos respostas de todas as regiões. O mapa a seguir apresenta distribuição dos respondentes, evidenciando maior concentração de respostas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

FIGURA 1- DISTRIBUIÇÃO DOS/AS RESPONDENTES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 2020



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

A oferta de creche e pré-escola no território nacional se concentra, como prevê a Constituição Federal de 1988, na esfera pública municipal (71,4%), seguida da privada não conveniada com fins lucrativos (17,5%) e da privada conveniada sem fins lucrativos (8,0%), como podemos observar na tabela a seguir:

TABELA 01 – NÚMERO DE MATRÍCULAS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO POR SEGMENTO (CRECHE, PRÉ-ESCOLA) POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO POR SEGMENTO - BRASIL, 2019

Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Freq.	%
Federal	1.178	1.519	2.697	0,0
Estadual	3.701	55.206	58.907	0,7
Municipal	2.451.704	3.953.633	6.405.337	71,4
Privada conveniada sem fins lucrativos	577.808	140.591	718.399	8,0
Privada conveniada com fins lucrativos	10.671	6.560	17.231	0,2
Privada não conveniada sem fins lucrativos	81.115	121.020	202.135	2,3
Privada não conveniada com fins lucrativos	628.915	939.157	1.568.072	17,5
Total	3.755.092	5.217.686	8.972.778	100,0

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2019

As profissionais que atuam na Educação Infantil são informadas no Censo Escolar em duas categorias: as docentes e as auxiliares docentes. Segundo dados de 2019, as docentes atuam em sua maioria (67,3%) nas redes públicas municipais. Nas instituições privadas com fins lucrativos estão empregadas 20,9% das docentes, seguidas pelas privadas conveniadas sem fins lucrativos com 8,2%. Para as auxiliares docentes a vinculação segue a mesma ordem, mas chama a atenção o alto percentual que atua nas redes públicas municipais (73,4%), com menor proporção, se comparado às docentes, para as dependências administrativas privadas com fins lucrativos (16%) e conveniadas sem fins lucrativos (7,4%).

TABELA 02 – NÚMERO DE DOCENTES E AUXILIARES DOCENTES, ETAPA EDUCAÇÃO INFANTIL E POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - BRASIL, 2019

Dependência Administrativa	Docentes Freq.	Docentes %	Auxiliares Docentes Freq.	Auxiliares Docentes %
Federal	308	0,0%	119	0,1%
Estadual	3.970	0,6%	178	0,1%
Municipal	425.088	67,3%	152.703	73,4%
Privada conveniada sem fins lucrativos	51.967	8,2%	15.453	7,4%
Privada conveniada com fins lucrativos	1.548	0,2%	573	0,3%
Privada não conveniada sem fins lucrativos	16.717	2,6%	4.780	2,3%
Privada não conveniada com fins lucrativos	131.734	20,9%	34.358	16,5%
Total	631.332	100%	208.164	100%

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2019.

TABELA 03 – NÚMERO DE DOCENTES E AUXILIARES DOCENTES SEGUNDO ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO POR SEGMENTO TIPO DE VÍNCULO

Etapas e modalidades de ensino	Concursado/ Efetivo/Estável	Contrato temporário	Contrato terceirizado	Contrato CLT	Total
Creche	149.548	45.303	1.852	6.078	202.929
Pré-Escola	167.156	58.303	848	4.678	230.985
Educação Infantil Unificada	6.423	4.994	56	195	11.668
Total	323.127	108.600	2.756	10.951	445.434

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2019.

CATEGORIA DA ENTIDADE

Quanto à categoria da entidade, a tabela a seguir apresenta os percentuais relativos às respondentes. Destaca-se que para além das opções descritas na tabela em acordo com o questionário, foi mencionado na opção "Outra" uma Associação do Movimento de Educação Popular:

TABELA 04 – CATEGORIA DAS ENTIDADES

	Freq.	%
Sindicato	117	95,1
Associação	3	2,4
Federação	1	0,8
Outra	1	0,8
Movimento	1	0,8
Total	123	100,0

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

QUAL A ABRANGÊNCIA DA ENTIDADE?

As entidades representativas que participaram do levantamento possuem diferentes abrangências, sendo que a maioria tem circunscrição municipal, como mostra a tabela 5, perfazendo 62,6% das respostas. Além das opções presentes no questionário, que estão nominadas na tabela, ainda foram mencionadas na categoria "Outro", as abrangências nacional/federal, que agregam município e estado e, ainda, região metropolitana.

TABELA 05 – ABRANGÊNCIA DAS ENTIDADES

	Freq.	%
Municipal	77	62,6
Regional	22	17,9
Estadual	19	15,4
Outro	5	4
Total	123	100,0

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

INDIQUE O NÚMERO TOTAL DE FILIADOS/AS DA SUA ENTIDADE?

Quanto ao número de filiados/as, os dados revelam a concentração em dois grupos: o primeiro, com 39,8% dos respondentes, pode ser considerado como de médio porte, com um quantitativo entre 1001 e 10.000 filiados/as. Na sua maioria, com abrangência municipal, oito sindicatos estaduais, sendo um deles com representação municipal agregada, 10 regionais e um federal. O outro grupo se refere aos sindicatos de pequeno porte, com um número de filiados/as que varia entre 18 e 500 e corresponde a 30,1% dos respondentes. Mantêm a tendência anterior de abrangência municipal, sendo apenas quatro sindicatos regionais, dois estaduais e um de região metropolitana.

Cabe destacar que dos três respondentes com o maior número de filiados/as, 50, 60 e 70 mil, um representa profissionais em âmbito municipal, com 50 mil filiados/as e dois estaduais, com 60 e 70 mil filiados/as respectivamente. A amostra é composta por 48,0% de entidades com até 1.000 filiados/as e 52,0% com mais de 1001 até 70.000 filiados/as.

TABELA 06 – NÚMERO DE FILIADOS/AS DAS ENTIDADES RESPONDENTES

	Freq.	%
01-500	37	30,1%
501-1000	22	17,9%
1001-10000	49	39,8%
1001-70000	15	12,2%
Total	123	100,0

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

PROFISSIONAIS REPRESENTADAS/OS POR SUA ENTIDADE DE ACORDO COM A ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Neste levantamento o interesse foi conhecer a atuação das entidades e associações que informaram ter profissionais da Educação Infantil entre a sua base de representação. Sabe-se que muitas entidades são constituídas por profissionais das demais etapas educacionais. Assim, foi necessário identificar quais etapas e subetapas eram representadas nas entidades que participaram deste levantamento. Como um dos critérios para participar da pesquisa era a representação dos/as profissionais da Educação Infantil, todos os respondentes aqui considerados representam a etapa. Além da primeira etapa da Educação Básica, a maioria das entidades indicou que representa os/as profissionais que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental (94,3%) e apenas 5,7% dos/as das entidades representam profissionais que trabalham exclusivamente na Educação Infantil:

TABELA 07 – ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM QUE ATUAM OS/AS PROFISSIONAIS REPRESENTADOS PELAS ENTIDADES

	Freq.	%
Educação Infantil	123	100,0
Ensino Fundamental - anos iniciais	116	94,3
Ensino Fundamental - anos finais	97	79,5
Ensino Médio	45	36,6

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

ASPECTOS QUE INFORMAM SOBRE O PERFIL DO/A RESPONDENTE

CARGO QUE OCUPA NA ENTIDADE

A maioria dos/as respondentes é membro da diretoria (79,7%), seguido por Responsável por Departamento específico (15,4%) e outros (4,9%). Veja-se Tabela 8. Para além das opções apresentadas no questionário, na categoria "Outro" foram

indicados outros cargos, tais como delegada sindical, secretária de políticas educacionais e assessor/a.

TABELA 08 – CARGO DOS/AS RESPONDENTES NAS ENTIDADES

	Freq.	%
Membro da diretoria*	98	79,7
Responsável por Departamento específico	19	15,4
Outros	6	4,9
Total	123	100,0

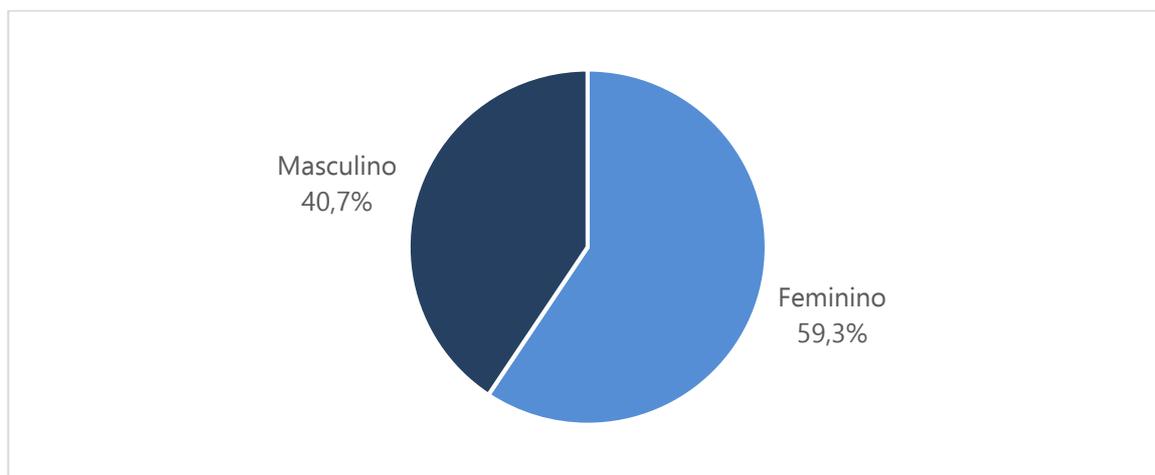
FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

* Foram agrupados nessa categoria: membros da presidência e vice; direção sindical; secretário/a geral e coordenação geral.

SEXO/GÊNERO:

Mais da metade dos respondentes é do sexo feminino, correspondendo a 59,3% do total. Do sexo masculino, o percentual foi de 40,7%.

GRÁFICO 01 – SEXO/GÊNERO DOS RESPONDENTES



FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

RAÇA/COR

O levantamento também registrou a cor ou raça dos/as respondentes com base na autodeclaração, a partir das opções utilizadas pelo IBGE: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Conforme mostra a Tabela 9, metade dos respondentes se autodeclararam de cor/raça branca (50,4%), seguida de parda (30,1%) e preta (14,6%), o que representa 44,7% da cor negra. Apenas um respondente preferiu não responder.

TABELA 09 – RAÇA/COR DOS RESPONDENTES

	Freq.	%
Branca	62	50,4
Parda	37	30,1
Preta	18	14,6
Indígena	3	2,4
Amarela	2	1,6
Prefiro não responder	1	0,8
Total	123	100,0

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DOS/AS PROFISSIONAIS REPRESENTADOS/AS PELA SUA ENTIDADE QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Buscou-se identificar a dependência administrativa dos/as profissionais que atuam na Educação Infantil representados/as pela Entidade, a partir de três alternativas: rede pública municipal; instituições privadas; e instituições com parceria/conveniadas com a administração pública, podendo ser assinaladas mais de uma alternativa. Os dados apresentados mostram que as entidades que responderam ao questionário representam fortemente a rede pública municipal. Conforme pode ser visto na Tabela 10, a grande maioria dos respondentes (84,6%) assinalou apenas a alternativa Rede pública municipal, enquanto 13,8% assinalou a apenas a opção Instituições

privadas e 4,9% Instituições com parceria/conveniadas com a administração pública. São pouco expressivos os índices que indicam uma dependência administrativa mista dos profissionais. Na opção "outro" foram indicados Rede Pública federal e Universidades públicas federais, com uma representação de 2,4%.

TABELA 10 - DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DOS PROFISSIONAIS REPRESENTADOS/AS PELA ENTIDADE

	Freq.	%
Rede pública municipal	104	84,6
Instituições privadas	17	13,8
Instituições privadas, Instituições com parceria/conveniadas com a administração pública	6	4,9
Rede pública federal	3	2,4
Total	123	100,0

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL REPRESENTADOS/AS PELA ENTIDADE

O levantamento buscou saber quais são as categorias profissionais representados/as pela entidade que atuam na Educação Infantil, a partir das seguintes opções: professores/as; auxiliares docentes, auxiliares administrativos; serviços gerais; supervisores/as; diretores/as; outro. Conforme pode ser visto na tabela 11, professores/as é a categoria fortemente representada pela entidade (91%), seguida pelos demais categorias que giram em torno de 59% a 64%. Na opção "outros" foram citados: Coordenadores Pedagógicos; Orientadores; Psicólogos e Psicopedagogos; Secretário escolar; Cozinheiras; Merendeiras; Auxiliares de portaria, Segurança, Zeladoras, Motoristas, Vigilantes, Infraestrutura, Administrativo e Patrimonial, e

Lideranças; todos os servidores que atuam nas instituições de ensino; e todos os servidores públicos do município.

TABELA 11 – PERFIS PROFISSIONAIS REPRESENTADOS PELA ENTIDADE

	Freq.	%
Professores/as	113	91,9
Serviços gerais	79	64,2
Auxiliares administrativos	78	63,4
Auxiliares docentes	77	62,6
Diretores/as	77	62,6
Supervisores/as	73	59,3
Outros	16	13,0

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

Quanto à abrangência de perfis profissionais representados pelas entidades, observa-se que a grande maioria (77%) representa professoras/es e outras categorias profissionais (Supervisores/as, Diretores/as, Auxiliares docentes, Auxiliares administrativos e Serviços gerais), e 14,6% das entidades representa apenas professores/as

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS POR ENTIDADE

	Freq.	%
Professores e outras categorias profissionais (Supervisores/as, Diretores/as, Auxiliares docentes, Auxiliares administrativos e Serviços gerais)	95	77,0
Professores/as (exclusivamente)	18	14,6
Auxiliares docentes e outras categorias (exceto professores/as)	10	8,4
Total	123	100,0

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS PELA ENTIDADE

Nesta questão, a entidade podia marcar mais de uma opção. Todos os 123 respondentes sinalizaram a opção localização urbana, para indicar a vinculação do/as profissionais representados/as pelas entidades. A opção rural, esteve presente em 56,0% das respostas. Destacamos a abrangência das entidades quanto aos trabalhadores e trabalhadoras que atuam em Territórios indígenas (9,7%), Territórios Quilombolas (9,7%), Assentamentos (10,5%), Populações ribeirinhas (5,7%) e Povos das Florestas (2,4%).

TABELA 13 – LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS PELA ENTIDADE

	Freq.	%
Urbana	123	100,0
Rural	69	56,0
Territórios indígenas	12	9,7
Territórios quilombolas	12	9,7
Assentamentos (urbano ou rural)	13	10,5
Populações ribeirinhas	7	5,7
Povos da floresta	3	2,4

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

FORMAS DE COMUNICAÇÃO COM OS/AS ASSOCIADOS/AS PARA TRATAR DE ASSUNTOS REFERENTES À PANDEMIA DE COVID-19

Sobre a comunicação entre as entidades e os/as filiados/as, 122 dos 123 respondentes afirmaram manter, pelo menos, uma forma de contato.

As entidades que mantiveram alguma comunicação com seus filiados (94,7%) foram direcionadas para indicar as formas de comunicação utilizadas. As entidades poderiam marcar mais de uma opção (incluindo a opção “outros” que ficou aberta e foi

reagrupada). As entidades se comunicaram com os/as associados/as por meios diversos. O uso do aplicativo *WhatsApp* foi preponderante, estando presente em 99,1% das respostas. Os outros mais citados foram: a Página do *Facebook* (84,4%) e o *e-mail* (66,3%). A Realização de *lives* (transmissões ao vivo feitas por meio das redes sociais) esteve presente em 58,1%, mas não podemos afirmar se nesses momentos ocorreram interações entre a direção das entidades e seus associados ou somente um meio para comunicação, conforme a Tabela 14.

TABELA 14 – FORMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES E OS/AS FILIADOS/AS

	Freq	%*
<i>WhatsApp</i>	121	99,1
Página <i>Facebook</i>	103	84,4
<i>E-mail</i>	81	66,3
Realização de <i>lives</i>	71	58,1
Disponibiliza telefones de profissionais de apoio (psicológico, assistencial, jurídico, trabalhista)	68	55,7
<i>Instagram</i>	60	49,1
Comunicados e notícias via site da entidade	60	49,1
Outro	17	13,9
Comunicados e notícias via <i>newsletter</i>	15	12,2

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

* Relação do item com o total de respostas (122)

MEDIDAS TRABALHISTAS OCORRIDAS EM RELAÇÃO ÀS/AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA BASE DA ENTIDADE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (MARÇO A AGOSTO DE 2020), COBERTO PELO LEVANTAMENTO

Buscou-se saber com que frequência as medidas trabalhistas impactaram as/os profissionais da Educação Infantil durante este período de pandemia, segundo a percepção dos/as representantes investigados/as. É o que mostra a Tabela 15, a seguir.

TABELA 15 - MEDIDAS TRABALHISTAS

	% Alta frequência	% Média frequência	% Baixa frequência	% Não houve
9.1 Parcelamento dos salários	2,4	5,7	7,3	84,6
9.2 Atraso no pagamento dos salários	3,3	8,1	11,4	77,2
9.3 Congelamento salarial por período determinado	21,1	4,9	14,6	59,3
9.4 Redução da jornada	13,0	8,9	17,9	60,2
9.5 Redução de salário	4,1	4,9	13,8	77,2
9.6 Redução da jornada e de salário	4,1	7,3	11,4	77,2
9.7 Cancelamento de contratos temporários	16,3	9,8	16,3	57,7
9.8 Suspensão temporária de contratos de trabalho	15,4	15,4	17,1	52,0
9.9 Antecipação de recessos	35,0	9,8	17,1	38,2
9.10 Antecipação de férias	26,8	10,6	14,6	48,0
9.11 Férias compulsórias	10,6	12,2	12,2	65,0
9.12 Estruturação de banco de horas a serem compensadas posteriormente	7,3	5,7	16,3	70,7
9.13 Retirada do vale ou auxílio transporte	16,3	4,9	16,3	62,6
9.14 Retirada do vale ou auxílio alimentação	5,7	1,6	12,2	80,5
9.15 Retirada do abono/gratificação de difícil acesso	8,1	4,9	14,6	72,4
9.16 Demissão	3,3	7,3	14,6	74,8

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

Para efeito de análise, essas medidas podem ser agrupadas em 5 grandes "categorias":

- medidas trabalhistas relativas à remuneração e jornada (itens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4);
- medidas trabalhistas relativas aos contratos (itens 9.7, 9.8, 9.12, 9.16)
- medidas relativas às férias e recessos (itens 9.9, 9.10, 9.11)
- medidas trabalhistas relativas a benefícios (itens 9.13, 9.14 e 9.15)

É possível constatar, pela leitura da referida tabela, que há uma grande dispersão no que diz respeito à frequência com que as medidas ocorrem, conforme a percepção dos sindicatos respondentes. Ainda que a sinalização de que não houve frequência tenha superado o somatório das frequências "alta", "média" e "baixa", alguns aspectos merecem ser destacados.

Inicialmente, destaca-se que todas as medidas trabalhistas impactaram entre os/as profissionais da Educação Infantil, embora com frequências variadas. São as medidas relativas à antecipação de férias e atraso no pagamento de salários as que foram mais frequentemente identificadas. A antecipação das férias ocorreu entre profissionais da Educação Infantil segundo a percepção de 52,0% dos/as representantes sindicais. Já o atraso no pagamento de salários foi observado por 61,9% de tal forma que 6 a cada 10 pesquisados/as teve que enfrentar atraso no pagamento de seus representados/as.

As medidas com maior percentual de com maior percentual de "alta frequência" foram: Antecipação de recessos (35,0%); Antecipação de férias (26,8%); Congelamento salarial por período determinado (21,1%); Cancelamento de contratos temporários (16,3%); Retirada do vale ou auxílio transporte (16,3%); Suspensão temporária de contratos de trabalho (15,3%); Redução de jornada (13,0%); e Férias compulsórias (10,6%).

Frente ao que as respostas dos questionários apontam, é importante ressaltar que as medidas trabalhistas relacionadas ao salário e aos contratos de trabalho, durante o período de pandemia de Covid-19, atingiram as/os trabalhadoras/es da Educação Infantil.

Ao analisarmos o impacto das medidas trabalhistas entre as/os profissionais da Educação Infantil, segundo o tipo de rede vinculada às entidades sindicais, algumas questões merecem ser destacadas a partir do que observamos na tabela a seguir.

TABELA 16 - MEDIDAS TRABALHISTAS POR TIPO DE REDE (EM %)

		Rede pública municipal	Instituições privadas	Instituições com parceria/ conveniadas com a administração pública	Rede pública federal
Parcelamento dos salários	Baixa Frequência	3,8%	41,2%	33,3%	
	Média Frequência	2,9%	23,5%		
	Alta Frequência	1,0%	11,8%		
	Não houve	92,3%	23,5%	66,7%	100,0%
Atraso no pagamento dos salários	Baixa Frequência	8,7%	35,3%	50,0%	
	Média Frequência	2,9%	47,1%		
	Alta Frequência	1,0%	11,8%	16,7%	
	Não houve	87,5%	5,9%	33,3%	100,0%
	Baixa Frequência	13,5%	35,3%	16,7%	

Congelamento salarial por período determinado	Média Frequência	3,8%	11,8%	16,7%	33,3%
	Alta Frequência	21,2%	23,5%		
	Não houve	61,5%	29,4%	66,7%	66,7%
Redução da jornada	Baixa Frequência	18,3%	23,5%	50,0%	
	Média Frequência	5,8%	35,3%		
	Alta Frequência	11,5%	23,5%	16,7%	
	Não houve	64,4%	17,6%	33,3%	100,0%
Redução de salário	Baixa Frequência	13,5%	29,4%	33,3%	
	Média Frequência	1,9%	29,4%		
	Alta Frequência		29,4%		
	Não houve	84,6%	11,8%	66,7%	100,0%
Redução da jornada e de salário	Baixa Frequência	9,6%	23,5%	16,7%	
	Média Frequência	2,9%	41,2%		
	Alta Frequência		29,4%		
	Não houve	87,5%	5,9%	83,3%	100,0%
Antecipação de férias	Baixa Frequência	13,5%	29,4%	33,3%	
	Média Frequência	9,6%	11,8%	16,7%	
	Alta Frequência	25,0%	47,1%	33,3%	
	Não houve	51,9%	11,8%	16,7%	100,0%
Férias compulsórias	Baixa Frequência	9,6%	23,5%	33,3%	
	Média Frequência	12,5%	11,8%		
	Alta Frequência	9,6%	17,6%	16,7%	
	Não houve	68,3%	47,1%	50,0%	100,0%
Estruturação de banco de horas a serem compensadas posteriormente	Baixa Frequência	13,5%	35,3%	16,7%	
	Média Frequência	3,8%	17,6%		
	Alta Frequência	5,8%	17,6%		
	Não houve	76,9%	29,4%	83,3%	100,0%
Retirada do vale ou auxílio transporte	Baixa Frequência	14,4%	41,2%	50,0%	33,3%
	Média Frequência	4,8%	5,9%		
	Alta Frequência	13,5%	29,4%		
	Não houve	67,3%	23,5%	50,0%	66,7%
Retirada do vale ou auxílio alimentação	Baixa Frequência	9,6%	35,3%		
	Média Frequência	1,0%	5,9%		
	Alta Frequência	5,8%		16,7%	33,3%
	Não houve	83,7%	58,8%	83,3%	66,7%
Retirada do abono - gratificação de difícil acesso	Baixa Frequência	15,4%	17,6%	16,7%	
	Média Frequência	4,8%	5,9%		
	Alta Frequência	6,7%	11,8%	16,7%	33,3%
	Não houve	73,1%	64,7%	66,7%	66,7%

Demissão	Baixa Frequência	10,6%	35,3%	33,3%	
	Média Frequência	2,9%	41,2%		
	Alta Frequência	1,9%	11,8%		
	Não houve	84,6%	11,8%	66,7%	100,0%

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

Conforme se observa na Tabela 16, as/os profissionais vinculadas/os a instituições da rede pública federal são as/os que menos sofreram impactos no que diz respeito às medidas trabalhistas. A seguir, identifica-se as/os profissionais vinculadas/os a instituições da rede pública municipal, de tal modo que são as/os da rede privada, certamente, os mais impactadas/os pelo conjunto de medidas. O atraso no pagamento de salários na rede privada é identificado por 94,1% do total dos/as pesquisados/as, ainda que varie o grau de frequência.

De acordo com a percepção dos representantes das entidades sindicais, quatro medidas trabalhistas foram apontadas com alguma frequência, conforme segue: congelamento salarial, com 33,3% na média frequência; retirada do vale ou auxílio transporte, com 33,3% na baixa frequência; retirada do vale ou auxílio alimentação, com 33,3% na alta frequência; e retirada do abono/gratificação de difícil acesso, com 33,3% na alta frequência. Com isto, podemos perceber que os indicadores que mais afetaram as/os profissionais da Educação Infantil vinculadas/os à rede pública federal, estão relacionados com benefícios. Ainda no que diz respeito à rede pública federal, cabe ressaltar que, na percepção dos sindicatos, as/os profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil não foram afetadas/os pelos demais indicadores.

Já as/os profissionais vinculadas/os a instituições privadas e a instituições com parceria/conveniadas com a educação pública, de acordo com as respostas das entidades sindicais, parecem ser as/os mais afetadas/os no que diz respeito às medidas trabalhistas. Mas as/os profissionais que atuam nas instituições privadas parecem sofrer ainda mais os impactos durante a pandemia de Covid-19. Ao observarmos as medidas trabalhistas com alta frequência de impacto elencadas nas respostas das entidades sindicais que representam profissionais que atuam em instituições privadas, as quatro que mais se destacaram foram: antecipação de férias (47,1%); redução de

salário (29,4%); redução de jornada e de salário (29,4%); e retirada do vale ou auxílio transporte (29,4%). Além disso, chama a atenção o baixo percentual de entidades sindicais que abarcam as/os profissionais que atuam em instituições privadas, que apontam que não houve impacto. Sobre este aspecto, gostaríamos de ressaltar a medida trabalhista relativa à demissão. Para este indicador, somente 11,8% das entidades sindicais que representam profissionais da rede privada da Educação Infantil, assinalaram que não houve medidas trabalhistas relativas à demissão durante o período de pandemia.

No que diz respeito às/os profissionais que atuam na Educação Infantil da rede municipal, ainda que os resultados indiquem que o impacto tenha sido menor do que para as/os profissionais que atuam nas redes privadas e conveniadas, dois aspectos precisam ser destacados. O primeiro, diz respeito ao fato de que para todos os indicadores há um percentual de impacto para as/os profissionais. O segundo, e que parece ainda mais relevante, diz respeito à demissão. Neste indicador, 15,4% dos respondentes apontaram que ocorreram medidas trabalhistas relativas à demissão. Ainda que as entidades sindicais tenham assinalado que o percentual de profissionais da Educação Infantil afetado por este indicador durante o período de pandemia seja pequeno, é importante registrar que ocorreram demissões também no âmbito da rede pública municipal. Esse dado parece relevante pois mostra que mesmo na rede pública municipal, onde a maioria é admitida por meio de concurso público, há profissionais da etapa da Educação Infantil sem garantia de estabilidade e com contratos de trabalho temporário e marcados por alto nível de instabilidade.

ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM QUE OS/AS PROFISSIONAIS (DOCENTES, AUXILIARES E OUTROS) SOFRERAM MAIOR IMPACTO DAS MEDIDAS TRABALHISTAS

Buscou-se compreender qual etapa da Educação Básica sofreu maior impacto das medidas trabalhistas citadas na Questão 9 (Ver o questionário em anexo). A primeira questão, que chama a atenção quando analisamos os resultados das respostas dos sindicatos, diz respeito à frequência do impacto. Dos 123 sindicatos que responderam

ao questionário, conforme Tabela 17, apenas 22,0% manifestou que não houve impacto das medidas trabalhistas. Ou seja 8 a cada 10 entidades registraram algum impacto das medidas trabalhistas.

TABELA 17 – PERCEPÇÃO DOS/AS PESQUISADOS/AS SOBRE A ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA MAIS IMPACTADA PELAS MEDIDAS TRABALHISTA

	Freq.	%
Em todas o impacto foi o mesmo	52	42,3
Educação Infantil	24	19,5
Não houve impacto	27	22,0
Ensino fundamental – Anos Iniciais	9	7,3
Sem Resposta	4	3,3
Ensino fundamental – Anos finais	4	3,3
Ensino Médio	1	0,8
Não sabe	2	1,6
Total	123	100,0

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

No que diz respeito à etapa que sofreu ou vem sofrendo maior efeito no que diz respeito às medidas trabalhistas, 42,3% dos sindicatos afirmaram que o impacto foi o mesmo em todas as etapas da Educação Básica. Porém, quando olhamos separadamente para cada uma delas, os dados apontam que a Educação Infantil foi a mais afetada. Das respostas obtidas, 19,5% dos sindicatos considera que os/as profissionais que atuam na Educação Infantil foram os que mais sofreram impactos das medidas trabalhistas. Para as outras etapas da Educação Básica, a frequência foi: 7,3%, para os anos iniciais do Ensino Fundamental; 3,3% para os anos finais do Ensino Fundamental; e 0,8% para o Ensino Médio.

A partir disso, podemos perceber que os/as profissionais que atuam com as etapas da Educação Básica destinadas à infância foram mais impactados/as, sendo que, os/as da Educação Infantil foram ainda mais atingidos/as. Tal incidência de impacto, talvez ocorra justamente porque é nesta etapa da Educação Básica que encontramos um

maior número de profissionais que possuem relações trabalhistas mais precarizadas, conforme já destacamos na análise da questão 09 do questionário.

Estes resultados sugerem que a Educação Infantil tem sido uma das etapas que vem sofrendo maiores impactos em relação às condições de emprego. A Educação Infantil é a etapa da Educação Básica que apresenta relações de trabalho mais vulnerabilizadas, e ainda, onde se encontram os/as profissionais que recebem menores remunerações, com vínculos de trabalho menos formalizados. Os dados levantados apontam para o fato de que ainda precisamos avançar no que diz respeito ao reconhecimento e importância da Educação Infantil, no contexto nacional brasileiro.

PERCEÇÃO DAS ENTIDADES PESQUISADAS SOBRE O TRABALHO REMOTO ENTRE OS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com a Tabela 18, 90,2% dos/as profissionais representados/as pelos sindicatos foram chamados/as a desenvolver atividades remotas/virtuais durante o período de pandemia de Covid-19.

TABELA 18 – PERCEÇÃO DAS ENTIDADES PESQUISADAS SOBRE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES REMOTAS ENTRE OS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

	Freq.	%
Não, os/as Profissionais não foram chamados/as a desenvolver atividades remotas/vir	12	9,8
Sim, os/as Profissionais foram chamados/as a desenvolver atividades remotas/virtuais.	111	90,2
Total	123	100,0

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

DIFICULDADES RELATADAS PELOS/AS PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES REMOTAS/VIRTUAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM SUA FREQUÊNCIA.

Buscou-se compreender quais as principais dificuldades relatadas por estes/as profissionais em relação ao desenvolvimento das atividades para a Educação Infantil.

TABELA 19 - FREQUÊNCIA DE DIFICULDADES RELATADAS PELOS/AS PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES REMOTAS

	% Alta frequência	% Média frequência	% Baixa frequência	% Não houve	% Não responderam
12.1 Dificuldade de acesso aos meios digitais para desenvolver atividades remotas.	37,8	27,0	27,0	8,1	9,8
12.2 Inexistência de formação para uso de tecnologias e mídias diversas.	50,5	21,6	18,9	9,0	9,8
12.3 Necessidade de compatibilização dos trabalhos domésticos com o trabalho remoto.	50,5	20,7	20,7	8,1	9,8
12.4 Dificuldade para organização de propostas remotas para as crianças.	38,7	30,6	24,3	6,3	9,8
12.5 Dificuldade para organização de materiais acessíveis que atendam às demandas das crianças público da Educação Especial.	47,7	24,3	20,7	7,2	9,8
12.6 Excesso de tarefas em famílias com crianças pequenas ou em idade escolar ou com idosos demandando cuidados.	39,6	22,5	22,5	15,3	9,8
12.7 Aumento de horas diárias de trabalho docente.	62,2	12,6	12,6	12,6	9,8
12.8 Informações e orientações pouco claras por parte da Administradora do Sistema.	38,7	23,4	22,5	15,3	9,8
12.9 Informações e orientações pouco claras por parte da Mantenedora.	36,0	21,6	22,5	19,8	9,8
12.10 Não fornecimento pelo empregador de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura para a prestação do teletrabalho.	54,1	15,3	14,4	16,2	9,8

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

Inicialmente, chama atenção o elevado percentual de respondentes que identificaram dificuldades relatadas pelos/as profissionais em relação ao desenvolvimento de atividades remotas. Como se vê, mais de 90,0% dos/as pesquisados/as afirmou que os/as profissionais da Educação Infantil tiveram dificuldade de acesso aos meios digitais para desenvolver atividades remotas; que não houve formação para uso de tecnologias e mídias diversas; tiveram que compatibilizar trabalho doméstico com o trabalho remoto; e, finalmente, tiveram dificuldade para organizar materiais acessíveis que atendam às demandas das crianças público da Educação Especial.

Por sua vez, 8 em cada 10 profissionais da Educação Infantil tiveram excesso de tarefas em famílias com crianças pequenas, ou em idade escolar, ou com idosos; parcela da população que demanda maiores cuidados; aumento de horas diárias de trabalho docente; receberam informações e orientações pouco claras por parte da Administradora do Sistema ou por parte da Mantenedora; e, finalmente, não identificaram fornecimento pelo empregador de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura para a prestação do teletrabalho.

Ao analisarmos os resultados obtidos nesta questão, percebemos que há uma grande dispersão entre as dificuldades elencadas. Ainda que tenha ocorrido essa dispersão, entre as 10 dificuldades apontadas, cabe destacar que prevalece a alta frequência em todos os indicadores.

Não responderam a esta questão 9,8% das entidades sindicais. Dentre as respostas obtidas, as cinco maiores dificuldades que foram destacadas com alta frequência, de acordo com a Tabela 19, são: Aumento de horas diárias de trabalho (62,2%); Não fornecimento pelo empregador de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura para a prestação do teletrabalho (54,1%), Inexistência de formação para uso de tecnologias e mídias diversas (50,5%); Necessidade de compatibilização dos trabalhos domésticos com o trabalho remoto (50,5%); Dificuldade para organização de materiais acessíveis que atendam às demandas das crianças público da Educação Especial (47,7%); Excesso de tarefas em famílias com crianças pequenas ou em idade escolar ou com idosos demandando cuidados (39,6%).

A partir disso, podemos perceber que ganham maior destaque, as dificuldades relacionadas ao acúmulo de trabalho, com o compartilhamento das tarefas familiares; as dificuldades com a tecnologia. Ainda que o levantamento não possibilite apontar o número de profissionais do sexo feminino cujo sindicatos representam, cabe ressaltar que os/as profissionais que atuam na Educação Infantil são, em sua maioria mulheres. A literatura mostra que é recorrente o acúmulo de atividades domésticas e de cuidado dos filhos ou idosos ao trabalho docente feminino realizado na escola, e muitas vezes também levado para casa. Neste momento, em que vivemos a pandemia de Covid-19, conciliar trabalho doméstico, cuidado e tarefas escolares torna-se uma dificuldade.

No que diz respeito ao uso das tecnologias, podemos inferir que a maioria dos/as profissionais não possui familiaridade no uso de recursos tecnológicos digitais para a organização do trabalho remoto. Esta situação vem sendo mostrada em pesquisas recentes sobre o trabalho docente na pandemia, onde se informa que 90 % dos/as docentes não possuíam experiência anterior com ensino remoto, e que um quarto considera difícil lidar com tecnologias digitais (GESTRADO, 2020). Essas situações são relatadas com maior frequência entre profissionais da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, os/as que estão vinculados/as preponderantemente às redes municipais, as redes que também apresentam maiores fragilidades para prestar apoio aos seus profissionais (GESTRADO, 2020; UNDIME/CONSED, 2020). Estas dificuldades ficam, sobretudo, evidentes para o trabalho de organizar materiais para atender crianças público da educação especial, conforme se verificou neste levantamento e nas pesquisas acima citadas.

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS DAS ENTIDADES EM RELAÇÃO ÀS DETERMINAÇÕES DE EMPREGADORES PÚBLICOS OU PRIVADOS QUANTO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS/RENOTAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Buscamos conhecer como a entidade sindical se manifestou publicamente em relação às determinações dos empregadores públicos e privados, quanto à realização de

atividades pedagógicas por meio de ensino remoto. Do total de respondentes (123), 111 (90,2%) entidades se manifestaram nesta questão.

TABELA 20 – ENTIDADES SEGUNDO TIPO DE MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS SOBRE O ENSINO REMOTO

	Freq.	%*
Com manifestação pública contrária por meio de notas	55	49,5
Com manifestação pública favorável por meio de notas	8	7,2
Com proposição de reunião de mediação entre as partes (empregador/mantenedora e profissionais)	63	56,7
Com proposição de reunião de mediação entre as partes (empregador/mantenedora e famílias)	24	21,6
Com encaminhamentos de denúncias/demandas ao Ministério Público	32	28,8
Com ação civil junto a órgãos públicos de defesa dos direitos	10	9,0
Outros**	19	17,1
Não se manifestou	14	12,6

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

*Considerando o total de 111 respostas – Relação de cada item com o total de respondentes.

** Na categoria "outros" foram identificadas as seguintes manifestações: Requerimentos solicitando pagamento de férias em pecúnia pelo aumento de trabalho; A entidade compõe o Comitê de contingência Covid-19 e está presente nas reuniões para pensar este possível retorno, mantendo a qualidade e a garantia de direitos a todos; Acompanhando os professores no processo; Assembleias, contato direto com os profissionais da educação, acordos e negociações extraordinárias; Audiências com o Ministério Público, com os Conselhos Municipais da Educação e com o Conselho da Criança e do Adolescente; Cobrança de reembolso das despesas e pagamento das horas extras; Com entrevistas na imprensa televisiva, nas mídias alternativas e nas redes sociais; Com reuniões pelo CME, reunião com empregador e ofício; Diálogos sobre o assunto com os profissionais; Greve; Lives, assembleias; Participação em reunião do Conselho Municipal de Educação; Plantão diário orientando a categoria; Ligações telefônicas e ofícios; Reunião com técnicos da Secretaria de Educação e o próprio secretário à busca de soluções sustentáveis à proteção à vida; Reunião on-line; Diálogo com a gestão, porém a mesma não respondeu aos ofícios enviados; Uso da tribuna da câmara, reuniões com gestão, expedientes (não respondidos pela gestão).

Entre os que se manifestaram, 49,4% o fizeram por meio de notas públicas que expressavam posições contrárias às medidas para o ensino remoto adotadas pelos empregadores. Posições favoráveis também foram objeto de notas públicas de 7,2% dos respondentes.

Além de notas públicas, a ação mais frequente adotada pelas entidades respondentes foi a proposição de reuniões de mediação entre empregador/mantenedora e profissionais, com uma ocorrência de 56,7% das respostas. Em 21,6% das respostas esta proposição envolvia também as famílias.

O Ministério Público também foi acionado, por meio de encaminhamentos de denúncias e demandas, aparecendo esta ação como a terceira mais frequente, com 28,8% de ocorrências.

Em quarto lugar, com 9% de respostas, as entidades se mobilizaram para a proposição de ação civil junto aos órgãos públicos de defesa dos direitos.

POSICIONAMENTO DA ENTIDADE DIANTE DE EVENTUAIS CHAMADAS DO PODER PÚBLICO PARA COLABORAR NA DISCUSSÃO E ARTICULAÇÃO SOBRE AÇÕES EXECUTADAS POR MEIO REMOTO/VIRTUAL E SOBRE POSSÍVEL RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS CRECHES/PRÉ-ESCOLAS/ESCOLAS.

Buscamos saber se as entidades representativas de profissionais da educação, docentes e outros, haviam sido chamadas por instâncias do poder público para colaborar na discussão e articulação sobre as ações executadas por meio remoto/virtual nas creches/pré-escolas/escolas.

O que se verificou é que 68,5% dos respondentes não foram convidados a participar nas tomadas de decisão sobre a adoção do ensino remoto nas instituições escolares onde sua base associativa mantinha algum vínculo de trabalho.

TABELA 21 – NÚMERO E PERCENTUAL DE ENTIDADES QUE FORAM CHAMADAS PELO PÚBLICO PARA COLABORAR NA DISCUSSÃO E ARTICULAÇÃO SOBRE AÇÕES EXECUTADAS POR MEIO REMOTO/VIRTUAL NAS CRECHES/PRÉ-ESCOLAS/ESCOLAS

	Freq.	%
Não	76	68,5
Sim	35	31,5
Total	111	100,0

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

Buscamos identificar a participação das entidades sindicais na discussão e articulação sobre possível retorno às atividades presenciais nas instituições de Educação Infantil desenvolvidas por instâncias do poder público.

Verificamos uma frequência de 77 entidades que não foram convidadas para essa discussão, o que corresponde a 62,6% das 123 respostas obtidas. E 46 entidades responderam de forma afirmativa, o que equivale a 37,4% do total de respostas.

TABELA 22 – NÚMERO E PERCENTUAL DE ENTIDADES QUE FORAM CHAMADAS PELO PÚBLICO PARA COLABORAR NA DISCUSSÃO E ARTICULAÇÃO SOBRE POSSÍVEL RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS CRECHES/PRÉ-ESCOLAS/ESCOLAS

	Freq.	%
Não	77	62,6
Sim	46	37,4
Total	123	100,0

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

MANIFESTAÇÃO PÚBLICA OU DOCUMENTO RELATIVOS A PROTOCOLOS DE POSSÍVEL RETORNO DE ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS CRECHES/PRÉ-ESCOLAS/ESCOLAS

Em relação à produção de documento ou manifestação pública desenvolvida pela própria entidade para discutir e construir protocolos de possível retorno de atividades presenciais nas creches/pré-escolas/escolas, houve ainda maior incidência de respostas negativas.

Do total de 123 respostas, 83 entidades não produziram tais materiais e 40 afirmaram ter desenvolvido, conforme percentual apresentado na tabela 23.

TABELA 23 – DOCUMENTO OU MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DESENVOLVIDA PELA ENTIDADE

	Freq.	%
Não	83	67,5
Sim	40	32,5
Total	123	100,0

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

LINKS PARA ACESSO AO DOCUMENTO REFERIDOS

Pedimos que as entidades que responderam afirmativamente sobre a produção de documentos ou manifestações relativas à construção de protocolos de possível retorno às atividades presenciais nas instituições de Educação Infantil, indicassem link de acesso ao referido documento.

Verificamos os *links* informados do total de 40 respostas afirmativas, dos quais foi possível acessar pelos endereços disponibilizados apenas 20 documentos, listados abaixo:

QUADRO 01 - ENDEREÇOS DOS SINDICATOS COM A PRODUÇÃO OU MANIFESTAÇÕES SOBRE O RETORNO DAS ATIVIDADES

http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/proifes-federacao-lanca-documento-com-orientacoes-e-reflexoes-para-o-retorno-as-aulas	Verificado/Disponível
http://www.sinsej.org.br/2020/07/comite-retorno-as-aulas/	Verificado/Disponível
http://www.sintet.org.br/	Verificado/Disponível
http://www.stapguarulhos.org.br/lermais_materias.php?cd_materias=3547#.Xw_pANFNv8wB	Verificado/Disponível
https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/07	Verificado/Disponível
https://www.facebook.com/1038239729521205/posts/3371193272892494/	Verificado/Disponível
https://www.facebook.com/485324344957214/posts/1745704268919209/	Verificado/Disponível
https://www.facebook.com/SindicatoDosMunicipariosDeCachoeirinhars/posts/2076108419193380	Verificado/Disponível
https://www.facebook.com/sinprocan/	Verificado/Disponível
https://www.facebook.com/Sisemi.Itapema/photos/a.1925482917732323/2722904547990152/?type=3&theater	Verificado/Disponível
https://www.sindiupes.org.br/nota-de-repudio-as-declaracoes-do-secretario-estadual-de-educacao/	Verificado/Disponível
https://www.sintese.org.br/2020/06/05/27853/	Verificado/Disponível
https://www.sintese.org.br/2020/06/24/sintese-sindipema-e-uses-publicam-nota-conjunta-sobre-aulas-remotas-nas-escolas-publicas-	Verificado/Disponível
sintern.org.br	Verificado/Disponível
site.sinpro-rio.org.br	Verificado/Disponível
www.cnte.org.br	Verificado/Disponível
www.escolasindsep.com.br	Verificado/Disponível
www.sedin.com.br	Verificado/Disponível
www.sinfemp.com.br/2020/07/sem-epi-servidores-nao-devem-nem-participar-de-reunioes	Verificado/Disponível
www.sintese.org.br	Verificado/Disponível

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir dos questionários (2020).

4 SINDICALISMO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em meio ao processo de leitura e análise dos dados desta pesquisa que teve como objetivo conhecer as orientações e as ações desenvolvidas pelos sindicatos, associações, movimentos e demais entidades que representam os/as profissionais no âmbito da Educação Infantil no contexto da pandemia da Covid-19, fomos provocadas pelo recorrente registro, em quase todos os estados participantes, da quase inexistência de organização sindical representativa dos/as profissionais no âmbito da Educação Infantil, enquanto espaço de luta, de resistência e de combate à negação dos direitos trabalhistas.

Esse dado foi o primeiro a nos inquietar, considerando o risco de alguns retrocessos, no que tange a importantes pautas da educação, sobretudo nesse momento, em que teríamos que estar mais organizadas e em busca de condições necessárias para o enfrentamento da pandemia no combate à precarização do trabalho docente.

É possível, pois, argumentar que a baixa incidência de organização da categoria em entidades sindicais se deva a vários fatores², entre os quais as mudanças a que vem sendo submetido o trabalho docente nas últimas décadas, decorrentes dos novos modos de regulação da educação, que resultaram na sua intensificação e na precarização e flexibilização das relações de emprego, repercutindo nas condições de trabalho dos/das docentes e até mesmo na capacidade de mobilização e de representação coletivas. Ademais, não podemos desconsiderar que um contingente importante desses/as profissionais é prestador/a de serviços e/ou terceirizados/as.

² O não reconhecimento das/os profissionais da Educação Infantil enquanto trabalhadoras e portadoras de conhecimento teórico e prático específicos também dificulta a inserção na luta sindical. Muitos sindicatos de professores/as são criados, inclusive sindicatos da Educação Infantil, a partir do momento em que a visão naturalizada e servil da docência passa a ser questionada e a profissionalização amadurece junto à percepção segundo a qual docentes são trabalhadoras/se com direitos, inclusive à luta.

Em levantamento da literatura sobre condições de trabalho docente na Educação Infantil no Brasil, Vieira e Oliveira (2012, p. 148) identificam alguns aspectos comuns: baixa remuneração, sobrecarga de trabalho, restritos ou inexistentes “plano de cargos, carreiras e salários” pertencentes ao magistério, falta de seleção por concursos públicos, ambiguidades nas exigências quanto à formação para o exercício do magistério e demais funções na e da Educação Infantil, não garantia de formação pública inicial e continuada, produção e reprodução de cargos em situação precária – como o de auxiliar e equivalentes para atuar principalmente nas creches –, infraestrutura inadequada das unidades educacionais, recursos materiais e pedagógicos precários ou inexistentes e, por fim, número elevado de crianças por turma e inexistência de apoio educacional especializado no atendimento à inclusão.

Em relação à docência na Educação Infantil, observa-se que as contradições que constituem o campo profissional, no que tange à formação, à profissionalização e à valorização docentes são mais intensas do que nas etapas seguintes. Segundo Campos (2008), o trabalho dos/as profissionais que atuam com as crianças é marcado por segmentações em função das características sócio-organizacionais das instituições e da divisão dos/as professores/as em categorias funcionais diferenciadas, que se estendem a condições de trabalho, mobilidade na carreira e vínculos empregatícios distintos.

A existência de profissionais com status e níveis de formação distintos e a presença de variadas modalidades de relações de emprego e trabalho revelam o processo de precarização no exercício profissional na Educação Infantil. Além do mais, segmentações no interior do setor público, e entre setor público e privado, reafirmam desigualdades históricas entre as etapas da educação básica, na qual a Educação Infantil encontra-se em lugar subalterno (VIEIRA; SOUZA, 2010).

Com efeito, a fragmentação do quadro de profissionais ressalta, sobretudo, um tema presente nas instituições: a tensão entre o cuidar e o educar – reconhecidamente uma falsa questão – caracterizada pela divisão de tarefas na organização do trabalho pedagógico e na ação dos/as profissionais que atuam com essa faixa etária. Assim, pode-se afirmar que as mudanças engendradas pelos recentes processos de reforma

educacional que exigem dos/as professores/as novas competências e responsabilidades, somaram-se às tensões que permeiam a história da Educação Infantil e que incidem diretamente no trabalho e no estatuto profissional dos/as professores/as. Ou seja, os novos arranjos, combinações e segmentações que dão novas formas ao trabalho pedagógico com as crianças pequenas, “também revitalizam formas arcaicas de divisão de trabalho, como meio e argumento para justificar novos modos de intensificação e precarização do trabalho docente” (CAMPOS, 2008, p. 16-17).

Se, de um lado, já se reconhece que a precarização das condições de trabalho do/a professor/a de Educação Infantil é histórica, por outro, neste contexto pandêmico, tal precariedade ganha novos contornos e matizes. Com efeito, temos observado, nos últimos meses, a dificuldade crescente dos/as professores/as dessa etapa, mais que em outras, para desenvolver seu trabalho junto às famílias e às crianças nesses tempos de distanciamento físico, na mesma medida em que crescem, na sociedade, em relação a esses/as profissionais, cobranças, perseguições, redução salarial e desemprego.

Nesse contexto, as/os professoras/es desenvolvem estratégias para responder às novas exigências e enfrentar essas mudanças, que levam a formas variadas e ainda mais intensas de precarização em seu processo de trabalho. A resistência é um meio de resposta à inadequação entre o modo como o trabalho está estruturado e as exigências de atuação.

Do ponto de vista de Chauí (1986), a resistência tanto pode ser difusa, quanto localizada em ações coletivas ou grupais, no contexto da luta de classes. O conjunto de práticas ambíguas e dispersas, com lógica própria, que se realiza nas lacunas da cultura dominante, toma a forma de resistência ao “introduzir a “desordem” na ordem, abrir brechas, caminhar pelos poros e pelos interstícios da sociedade brasileira” (CHAUÍ, 1986, p. 178).

As formas de luta e resistência dos/as trabalhadores/as são variadas e complexas, de acordo com Bernardo (1991, p. 61-62):

Os trabalhadores recorrem às formas mais estritamente individualistas e passivas do desinteresse, do absenteísmo, do alcoolismo ou da dependência de estupefacientes; recorrem à forma mais ativa da sabotagem individual; recorrem às várias gradações da ação coletiva, desde a diminuição em conjunto do ritmo de trabalho até a ruptura radical da disciplina de fábrica e à organização do processo produtivo consoante outros moldes e critérios.

A rotatividade e o absenteísmo dos/as docentes podem ser considerados formas individuais de manifestações dessa resistência, motivadas pela fuga das condições de trabalho, diante da necessidade de escapar da obrigatoriedade de um trabalho que, embora se estruture no envolvimento coletivo, consiste também em uma fonte de frustração.

Outra forma consiste na adesão aos movimentos de luta e na participação sindical, representando uma dimensão coletiva da resistência, que evidencia as contradições e tensões entre os/as profissionais e os/as empregadores/as, mas também as tensões em torno de quem representa os interesses dos/as professores/as em geral e dos/as profissionais da Educação Infantil em particular.

Desse modo, a inserção dos/as profissionais da Educação Infantil no sindicalismo báscula entre a resistência a integrar as fileiras sindicais e a filiação a entidades, que ora representam o conjunto de trabalhadores/as em educação, por vezes inclusive a categoria de servidores/as públicos/as, ora representam exclusivamente os/as profissionais da Educação Infantil. Amplia ainda mais este quadro os sindicatos de trabalhadores/as em educação do setor público e do setor privado.

Este panorama expressa-se no espectro de entidades pesquisadas, as quais representam desde coletivos da Educação Infantil, passando por sindicatos de servidores/as das redes municipal, estadual e federal ou trabalhadores/as das redes privadas de educação. Especificamente na Educação Infantil, as/os docentes reportam-se a variados órgãos de representação sindical, de acordo com a situação de trabalho e emprego (categoria trabalhista; rede privada particular, comunitária e filantrópica, rede pública etc.).

Os sindicatos da categoria podem expressar, como afirma Melo (2010), os interesses mais amplos da classe trabalhadora, assim como apresentam reivindicações históricas do campo da educação, se dirigindo às políticas e às reformas governamentais. Nesse sentido, é digno de nota a guinada dada pelo movimento docente no início dos anos de 1980 em direção ao sindicalismo classista, quando não apenas associações se tornaram sindicatos, mas entidades de professore/as se transformaram em sindicatos dos/as trabalhadores/as em educação.

Mas as tentativas de fortalecer o movimento docente e de construir o “sujeito coletivo” também podem nublar as demandas específicas da Educação Infantil, o que evidencia a tensão entre universal e particular³. Em sua pesquisa, Bufalo (2009) reconhece que a pequena representatividade de docentes da Educação Infantil na história do sindicalismo no caso específico da cidade de Campinas (São Paulo), deve ser compreendida mais em função dos próprios sindicatos colocarem em segundo plano as questões da Educação Infantil do que pela ausência das profissionais de creche na luta de resistência e pela afirmação da profissão. Nem sempre as profissionais diretamente envolvidas na função pedagógica com crianças de 0 a 3 anos são reconhecidas como docentes pelas entidades (TRÓPIA; BUFALO, 2015). Mas, dialeticamente, é exatamente esta lacuna que leva as profissionais da Educação Infantil a lutarem por reconhecimento político e profissional e a participarem das diretorias do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC), reverberando suas reivindicações específicas para a pauta sindical (BUFALO, 2009).

As reiteradas reivindicações por formação e carreira identificadas por Bufalo (2009) mostram a luta pela profissionalização docente. As demandas por formação e carreira evidenciam, por sua vez, que “cuidar e educar crianças pequenas em instituições coletivas é uma profissão” (ROSEMBERG, 1996) em contraposição à ideia segundo a qual as profissionais de creche são meras substitutas maternas. Ademais, as

³ O Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo – SEDIN foi criado em 2004, resultando de divergências existentes sobre quem são as profissionais da Educação Infantil que ingressaram na carreira do magistério a partir de 2001. Segundo Ferreira (2013, p. 91), um grupo de trabalhadoras da Educação Infantil cria uma entidade específica pois tanto o poder público quanto parte da categoria docente conceberiam “o cuidado de crianças pequenas” como trabalho naturalmente feminino e também por isso não exigiria nem qualificação nem maior remuneração.

profissionais da Educação Infantil também passam a lutar contra o poder público municipal que busca isolar as monitoras da carreira do magistério, atribuindo a elas a esfera exclusiva do cuidar (BUFALO, 2009).

De acordo com Gouveia e Ferraz (2013) o sindicalismo docente no Brasil constituiu-se a partir de movimentos históricos⁴ ao redor da construção de um Sistema Público de Ensino no país. As reivindicações de base corporativa dos/as professores/as estiveram estruturalmente vinculadas aos conflitos sobre as condições de oferta do ensino público e sua incidência na qualidade da educação. A Constituição de 1988 legaliza a representação sindical, pois até então servidores/as públicos não tinham direito de se sindicalizar nem fazer greve⁵, o que amplia a participação docente, abrindo um amplo leque de novos espaços de ação sindical, ampliando o espectro de organizações dos/as trabalhadores/as em educação no Brasil, para além das associações até então existentes.

Nos anos 1990, se dá a incorporação das creches ao sistema educacional e a expansão dessa etapa da Educação Básica em muitos municípios, fator que acarreta a diversificação de profissionais, mas também algumas tensões entre categorias.

No caso das diferenças entre o ensino fundamental e a educação infantil, a tensão é maior, pois a incorporação das creches ao sistema educacional é dos anos de 1990, em função da LDB de 1996, e a expansão dessa etapa da educação básica em muitos municípios implicou diversificação de profissionais. [...] nesse caso, há diferenças substanciais na carreira, na jornada de trabalho e nas condições de remuneração que podem significar conflitos na construção da luta por melhores condições de trabalho. Também há diferenças na representação sindical. (GOUVEIA; FERRAZ, 2013, p. 124)

Entretanto, é preciso, mais uma vez, afirmar que a organização sindical nem sempre se apresenta como uma ação orgânica às especificidades e às peculiaridades dos/as profissionais da Educação Infantil. A participação desses/as profissionais se dá,

⁴ Desde o movimento dos pioneiros, passando pela LDB de 1946, pelos debates ao redor do capítulo de educação na Constituinte de 1988 e a LDB de 1996 (GOUVEIA; FERRAZ, 2013).

⁵ Apesar de funcionários públicos não estarem constitucionalmente amparados no que concerne ao direito à manifestação sindical antes de 1988, registra-se grandes movimentos grevistas em educação, como, por exemplo, a grande greve das professoras de Minas Gerais em 1953.

predominantemente, por meio de sua inserção em sindicatos que agregam profissionais de outros níveis de ensino da Educação Básica.

A dificuldade de visibilidade das singularidades do segmento de trabalhadoras/es da Educação Infantil por parte do mundo sindical da educação permite perceber que, imersos/as em demandas de natureza mais geral, nas lutas mais amplas das categorias que os/as integram, os sindicatos, de maneira geral, não atuam nas especificidades da docência com bebês e crianças pequenas. Suas ações tendem a incidir no âmbito mais abrangente do conjunto dos/as trabalhadores/as do campo educacional. Mesmo nas entidades sindicais municipais, o movimento incide no conjunto dos/as servidores/as e, dificilmente, encampa demandas específicas de determinado segmento da categoria, como evidenciou o já citado trabalho de Bufalo (2009).

Mas é possível identificar, ainda que pontualmente, certas contradições, pois há sindicatos que se envolvem com as singularidades das situações dos segmentos que o integram, por terem um trânsito mais efetivo no movimento popular e por terem uma organização que considera a participação em fóruns sociais que envolvem representações de grupos mais específicos, como os fóruns de Educação Infantil e das demais etapas e modalidades da Educação Básica. Por sua vez, a participação das próprias profissionais da Educação Infantil nas diretorias das entidades pode jogar um papel importante na construção de pautas que contemplem os desafios específicos, tal como acontece com a pauta feminista que ganha evidência quando as mulheres, de fato, tomam o poder sindical (CASTRO, 1995; ARAÚJO; FERREIRA, 2000).

A aproximação às especificidades desses diferentes segmentos profissionais pode permitir, aos sindicatos, maiores possibilidades de dimensionar sua atuação junto às bases para além da representação legal, incidindo de modo mais político e ético, considerando suas demandas específicas dentro da categoria geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório sistematiza respostas de 123 entidades (122 entidades sindicais e 1 movimento popular) que possuem entre seus/suas representados/as os/as profissionais da Educação Infantil, principalmente docentes. Avaliamos, com base nos dados obtidos por meio deste levantamento, o impacto das medidas trabalhistas adotadas durante a pandemia do Coronavírus, as quais afetam os/as trabalhadores/as da educação, com destaque aos que atuam na Educação Infantil. Ademais identificamos as ações desenvolvidas pelas entidades tanto para se comunicar com os/as associados/as quanto para enfrentar poder público e mantenedoras diante da implementação de atividades remotas.

O questionário, respondido seis meses depois do início da suspensão das atividades presenciais nas creches, pré-escolas e escolas de Ensino Fundamental com turmas de Educação, verificou que do total das entidades pesquisadas, 99,2% mantém alguma forma de comunicação com seus/suas associados/as para tratar de assuntos referentes à pandemia, com o predomínio do uso do aplicativo *WhatsApp*, seguido do *Facebook* e *e-mail*. Como revela a pesquisa, 90,2% dos/as profissionais representados/as por elas foram chamados a desenvolver atividades remotas/virtuais durante este dramático período de crise sanitária.

Este chamamento feito pelos poderes públicos e mantenedoras produziu um quadro de diversas dificuldades (identificadas por mais de 80,0% dos/as respondentes), tais como: dificuldades de acessar os meios digitais para desenvolver atividades remotas, inexistência de formação para o uso de tecnologias e mídias diversas, necessidade de compatibilizar trabalho doméstico e trabalho remoto, dificuldade para organizar propostas remotas para crianças e materiais acessíveis às crianças público da Educação Especial, além do excesso de tarefas em famílias com crianças pequenas ou em idade escolar ou ainda com idosos demandantes de cuidado. Ademais, os/as profissionais representados/as pelas entidades pesquisadas tiveram aumento de horas diárias de trabalho docente, receberam informações pouco claras por parte da administração do

sistema e das mantenedoras e, por fim, não obtiveram o fornecimento pelo empregador de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura para a prestação de teletrabalho.

As entidades também foram impelidas pelo amplo espectro de medidas trabalhistas adotadas pelos poderes públicos e mantenedoras, sobretudo aquelas relativas à antecipação de recessos (61,8%) e de férias (52,0%), suspensão temporária de contratos de trabalho (48,0%) e redução de jornada (39,8%), conforme demonstrado pela tabela 15.

Como sabemos, as Medidas Provisórias nº 936/2020 e nº 927/2020 alteraram as relações de trabalho durante a pandemia, permitindo a flexibilização da jornada, a redução de salários, a antecipação das férias, o estabelecimento de férias compulsórias entre outras medidas.

A MP nº 936/2020 instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda que, dentre outras medidas, prevê a suspensão de contratos por até 60 dias e a redução da jornada e do salário por até 90 dias. A MP transformou-se em Lei nº 1.4020/2020. Em 22 de março, o governo publicou a MP 927/2020 sobre as medidas trabalhistas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente do Covid-19. A MP visa facilitar aos empregadores: o teletrabalho, sem necessidade de acordo individual ou coletivo, a antecipação das férias individuais, a concessão de férias coletivas, o aproveitamento e a antecipação de feriados, o banco de horas, a suspensão do contrato de trabalho por até quatro meses, entre outras medidas.

O impacto destas medidas é desigual entre os/as profissionais da Educação Infantil em particular, afetando sobremaneira as redes privadas e instituições parceiras da administração pública e, embora em menor proporção, as redes públicas federal e municipal. De todo modo, a maior frequência de medidas que vulnerabilizam os/as profissionais, ocorreu entre os que mantêm vínculos trabalhistas com empregadores privados.

A pesquisa revela, por sua vez, que apenas 28,5% das entidades foram chamadas pelo poder público a colaborar na discussão e articulação sobre ações remotas nas

creches/pré-escolas e 37,4% para colaborar na discussão sobre possível retorno às atividades presenciais.

As dificuldades enfrentadas pelos/as profissionais em geral, e da Educação Infantil em particular, no que diz respeito aos direitos trabalhistas e ao trabalho remoto, certamente fizeram as entidades reagir e resistir. Como a pesquisa revela, as entidades pesquisadas se manifestaram publicamente diante de determinações patronais ou do poder público em relação às atividades remotas na Educação infantil, sobretudo por meio de Notas Públicas, proposição de reuniões de mediação e denúncias junto ao Ministério Público ou à imprensa. As entidades sindicais fizeram plantão, reuniões on-line, *lives* e assembleias com os/as filiados/as visando orientá-los/as e mobilizá-los/as. Mas as reações foram limitadas, pois pouco mais de 2/3 das entidades não produziu manifestações públicas ou documentos diante do possível retorno às atividades presenciais. A pesquisa evidencia, portanto, alguns desafios.

Tendo em vista o sentido da organização sindical e seu papel no processo de mobilização coletiva (de caráter trabalhista), na representação dos interesses desses/as profissionais e seus efeitos na construção de uma identidade profissional, novas questões precisam ser enfrentadas em pesquisas futuras: como explicar a exiguidade da organização sindical entre os/as profissionais e, sobretudo, entre os/as professores/as da Educação Infantil? As diversas formas de contratação, em sua maioria precarizadas, cujos efeitos se expressam na carreira, no salário, nas condições de trabalho e nos modos de organização do fazer docente na Educação Infantil (que propõe uma dicotomia entre cuidar e educar) podem estar relacionados com a representatividade sindical? Levando em conta a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero, pode-se afirmar que a flexibilização das condições de trabalho e emprego na Educação Infantil é maior por ser um trabalho predominantemente feminino? Em que medida a baixa organicidade sindical dos/as profissionais da Educação Infantil impacta na sua profissionalização? Que importância teria uma maior articulação e autonomia sindical para os/as profissionais da Educação Infantil? A quase inexistência de organizações sindicais específicas teria uma relação com alguns sentidos históricos atribuídos ao campo da Educação Infantil? Quais as implicações dessa não articulação entre os/as profissionais da Educação Infantil?

Essas e outras questões emergentes da pesquisa nos apontam que o lugar da organização sindical no âmbito da Educação Infantil ainda constitui um tema a ser explorado e nos convida a ampliar os estudos e alargar este campo de pesquisa, ainda insuficientemente problematizado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ângela M.C.; FERREIRA, Verônica C. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: Rocha, Maria Isabel Baltar (org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo, Ed. 34, 2000, p. 309-343.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

BRASIL. **Resolução CEB/CNE nº 05/09**, de 18 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: DF, 2009.

BUFALO, Joseane M. P. **Nem só de salário vivem as docentes de creche: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no serviço público municipal de Campinas. (STMC 1988-2001)**. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2009.

CAMPOS, Maria Malta et al. **Para um retorno à escola e à creche que respeite os direitos fundamentais de crianças, famílias e educadores**. Brasil, 2020. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/para-um-retorno-escola-e-creche-que-respeite-os-direitosfundamentais-de-criancas-familias-e>. Acesso em 04/06/2020.

CAMPOS, Roselane F. Trabalho docente e formação de professores da Educação Infantil. In: **SEMINÁRIO DA REDESTRADO**, 7., 2008. Nuevas Regulaciones en América Latina. Buenos Aires, 2008. 1 CD-ROM.

CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e poder no espaço sindical, Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 3, nº 1, p, 29-51, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERREIRA, Márcia Ondina Oliveira. O Associativismo e o Sindicalismo de Trabalhadores em Educação na Voz dos Seus Protagonistas – Reflexões Desde a Ótica de Uma Pesquisadora. In: BAUER, Carlos, DINIZ, Cássio e PAULISTA, Maria Inês (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**, Jundiaí, Paco Editorial: 2013, p. 81-96.

GESTRADO (Grupo de estudos sobre política educacional e trabalho docente). **Trabalho docente na Educação Básica em tempos de pandemia**. Relatório de

Pesquisa. Belo Horizonte, UFMG. 2020. Disponível em: <<https://gestrado.net.br>>
Acesso em: 10 out 2020

GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013.

LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS. Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Paraná. Disponível em:
<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/> Acesso em: 15/08/2020

MELO, Savana D. G. Resistência docente. In: OLIVEIRA, Dalila. A.; DUARTE, Adriana M. C.; VIEIRA, Livia. M. F. **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MIEIB. Mapeamento Nacional das Ações das Secretarias e Conselhos de Educação no período da pandemia de Covid-19. **Análise técnica das respostas dos Conselhos de Educação**. Brasília: MIEIB, 2020a.

MIEIB. Mapeamento Nacional das Ações das Secretarias e Conselhos de Educação no período da pandemia de Covid-19. **Análise técnica das respostas das Secretarias de Educação**. Brasília: MIEIB, 2020b.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. O desenvolvimento profissional das educadoras de infância: entre os saberes e os afetos, entre a sala e o mundo. In OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Formação em Contexto: uma estratégia de integração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, p. 133-67.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **A Covid-19 e seus impactos na estrutura da Educação Infantil: análise das normatizações dos Conselhos Estaduais de Educação**. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.mieib.org.br/> Acesso em 04/06/2020.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação Infantil, Educar e Cuidar e a atuação profissional**. Palestra proferida no III Seminário Infância na ciranda da Educação. Belo Horizonte, junho/1996.

TRÓPIA, Patrícia Vieira; BUFALO, Joseane. Educação Infantil e sindicalismo, In:

GEPEDISC (org.) Infância e movimentos sociais. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015: 51-68.

UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). 2020. **Desafios das Secretarias Municipais de Educação na oferta de atividades educacionais não presenciais.** Brasília, Undime, 2020. Disponível em: <<https://undime.org.br>> Acesso em 10 out. 2020.

VIEIRA, Livia Maria Fraga; SOUZA, Gizele de. Trabalho e emprego na Educação Infantil no Brasil: segmentações e desigualdades. In: **Educar em Revista**, Curitiba, n. 1, p. 119-139, 2010. (Número especial).

VIEIRA, Livia Maria Fraga; OLIVEIRA, Tiago Grama. As condições do trabalho docente na Educação Infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 131-154, maio/ago. 2013.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO

MOVIMENTO INTERFÓRUMS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BRASIL – MIEIB GT 07
EDUCAÇÃO DE CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED

LEVANTAMENTO JUNTO AOS SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES, MOVIMENTOS E DEMAIS ENTIDADES QUE REPRESENTAM **TRABALHADORAS E TRABALHADORES DE INSTITUIÇÕES QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL**

OBJETIVO: Este levantamento é organizado pelo MIEIB e pelo GT07/Educação de criança de 0 a 6 anos da ANPED para conhecer as orientações e as ações desenvolvidas pelos sindicatos e associações no âmbito da Educação Infantil no contexto da pandemia Covid-19.

DESTINATÁRIOS: Entidades Municipais, Estaduais, Federais e Distrital (Educação e Assistência) que tenham profissionais da Educação Infantil na sua base de representação.

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO: Solicitamos que o formulário seja preenchido por apenas UM/A REPRESENTANTE de cada entidade (sindicatos, associações, movimentos, centros e outras entidades).

IMPORTANTE: Solicitamos que o e-mail informado na resposta seja, preferencialmente, o e-mail institucional (sindicatos, associações, movimentos, centros e outras entidades).

Para mais informações sobre as entidades:

- MIEIB: www.mieib.org.br

- Anped: www.anped.org.br

*Obrigatório

DADOS DA ENTIDADE

Nome da Entidade (por extenso): *

Sigla da Entidade (se houver):

Município/Distrito Federal: *

Estado: *

Endereço Eletrônico (e-mail): *

Endereço de site (se houver):

Categoria da Entidade: *

- Sindicato
- Associação
- Movimento
- Outro:

Qual a abrangência da entidade? *

- Municipal
- Regional
- Estadual
- Outro:

Indique o número total de filiados/as da sua entidade? *

Indique em quais etapas da Educação Básica atuam os/as profissionais representadas/os por sua entidade (pode marcar mais de uma resposta): *

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental - anos iniciais
- Ensino Fundamental - anos finais
- Ensino Médio

Caso sua entidade (questão anterior) represente os/as profissionais da Educação Infantil, clique em CONTINUAR. Caso contrário, selecione a opção CONCLUIR: *

- CONTINUAR - Minha entidade representa os/as profissionais de Educação Infantil.
- CONCLUIR - Minha entidade NÃO representa os/as profissionais de Educação Infantil (ATENÇÃO - ao selecionar este item, e clicar em PRÓXIMO, seu questionário será finalizado).

01. Cargo que ocupa na Entidade: *

- Presidente/a
- Secretário/a
- Responsável por Departamento específico
- Assessor/a
- Outro:

02. Sexo/Gênero: *

- Feminino
- Masculino

- Prefiro não responder
- Outro:

03. Raça/Cor: *

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Prefiro não responder

04. Indique a dependência administrativa dos/as profissionais representados/as pela sua entidade que atuam na Educação Infantil (pode marcar mais de uma alternativa):

*

- Rede pública municipal.
- Instituições privadas.
- Instituições com parceria/conveniadas com a administração pública.
- Outro:

05. Quais profissionais que atuam na Educação Infantil são representados/as pela sua entidade? (pode marcar mais de uma alternativa): *

- Professores/as.
- Auxiliares docentes* (Auxiliares docentes podem receber diferentes nomenclaturas como Agente de Educação Infantil, Monitor/a, Educador/a, Estimulador/a, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Recreacionista, entre outros)
- Auxiliares administrativos.
- Serviços gerais.
- Supervisores/as.
- Diretores/as.
- Outro:

06. Indique a localização das instituições representadas pela sua entidade (pode marcar mais de uma alternativa): *

- Urbana.
- Rural.
- Territórios indígenas.
- Territórios quilombolas.
- Assentamentos (urbano ou rural).
- Populações ribeirinhas.
- Povos da floresta.

07. A sua entidade tem mantido alguma forma de comunicação com seus/suas associados/as para tratar de assuntos referentes à pandemia de Covid-19? *

- Sim.
- Não.

08. Quais formas de comunicação têm sido utilizadas para comunicação com seus/suas associados/as durante o período da pandemia? (pode marcar mais de uma alternativa)

- WhatsApp
- E-mail
- Página Facebook
- Instagram
- Comunicados e notícias via site da entidade
- Comunicados e notícias via newsletter
- Realização de lives
- Disponibiliza telefones de profissionais de apoio (psicológico, assistencial, jurídico, trabalhista)
- Outro:

09. Indique as medidas trabalhistas ocorridas em relação às/aos profissionais da educação de sua base durante este período de pandemia, últimos cinco meses, de acordo com a sua frequência: *

	Alta frequência	Média frequência	Baixa frequência	Não houve
9.1 Parcelamento dos salários.				
9.2 Atraso no pagamento dos salários.				
9.3 Congelamento salarial por período determinado.				
9.4 Redução da jornada.				
9.5 Redução de salário.				
9.6 Redução da jornada e de salário.				
9.7 Cancelamento de contratos temporários.				
9.8 Suspensão temporária de contratos de trabalho.				
9.9 Antecipação de recessos.				
9.10 Antecipação de férias.				
9.11 Férias compulsórias.				
9.12 Estruturação de banco de horas a serem compensadas posteriormente.				
9.13 Retirada do vale ou auxílio transporte.				
9.14 Retirada do vale ou auxílio alimentação.				
9.15 Retirada do abono/gratificação de difícil acesso.				
9.16 Demissão.				

10. Caso a sua entidade represente profissionais das diferentes etapas da Educação Básica, indique em qual etapa da Educação Básica os/as profissionais (docentes, auxiliares e outros) sofreram maior impacto das medidas trabalhistas citadas na Questão 9. (Marque APENAS UMA alternativa):

- Educação Infantil.
- Ensino fundamental – Anos Iniciais.
- Ensino fundamental – Anos finais.
- Ensino Médio.
- Em todas o impacto foi o mesmo.
- Não houve impacto.
- Não sabe.

11. No caso de os/as profissionais representados/as pela entidade terem sido chamados/as a desenvolver atividades remotas/virtuais durante a pandemia, responda as questões de 12 a 14:

- Sim, os/as Profissionais foram chamados/as a desenvolver atividades remotas/virtuais.
- Não, os/as Profissionais não foram chamados/as a desenvolver atividades remotas/virtuais.

12. Quais as dificuldades relatadas pelos/as profissionais em relação ao desenvolvimento de atividades remotas/virtuais para a Educação Infantil de acordo com sua frequência.

	Alta frequência	Média frequência	Baixa frequência	Não houve
12.1 Dificuldade de acesso aos meios digitais para desenvolver atividades remotas.				
12.2 Inexistência de formação para uso de tecnologias e mídias diversas.				
12.3 Necessidade de compatibilização dos trabalhos domésticos com o trabalho remoto.				
12.4 Dificuldade para organização de propostas remotas para as crianças.				
12.5 Dificuldade para organização de materiais acessíveis que atendam às demandas das crianças público da Educação Especial.				
12.6 Excesso de tarefas em famílias com crianças pequenas ou em idade escolar ou com idosos demandando cuidados.				
12.7 Aumento de horas diárias de trabalho docente.				
12.8 Informações e orientações pouco claras por parte da Administradora do Sistema.				

12.9 Informações e orientações pouco claras por parte da Mantenedora.				
12.10 Não fornecimento pelo empregador de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura para a prestação do teletrabalho.				

13. Como a sua entidade se manifestou publicamente em relação às determinações (de empregadores públicos ou privados) quanto à realização de atividades pedagógicas não presenciais/remotas para a Educação Infantil? (pode marcar mais de uma alternativa)

- Não se manifestou.
- Com manifestação pública contrária por meio de notas.
- Com manifestação pública favorável por meio de notas.
- Com proposição de reunião de mediação entre as partes (empregador/mantenedora e profissionais).
- Com proposição de reunião de mediação entre as partes (empregador/mantenedora e famílias).
- Com encaminhamentos de denúncias/demandas ao Ministério Público.
- Com ação civil junto a órgãos públicos de defesa dos direitos.
- Outro

14. A sua entidade foi chamada por instâncias do poder público a colaborar na discussão e articulação sobre ações executadas POR MEIO REMOTO/VIRTUAL nas creches/pré-escolas/escolas?

- Sim.
- Não.

15. A sua entidade foi chamada por instâncias do poder público a colaborar na discussão e articulação sobre possível retorno ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS nas creches/pré-escolas/escolas?

- Sim
- Não

16. A sua entidade produziu alguma manifestação pública ou documento relativos a protocolos de possível retorno de atividades presenciais nas creches/pré-escolas/escolas? *

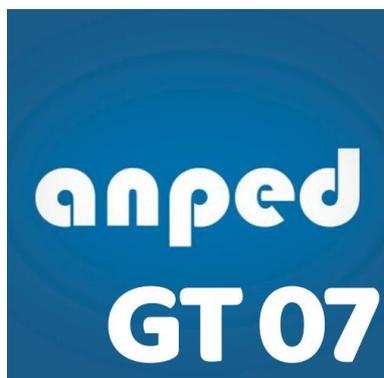
- Sim
- Não

16-A. Caso afirmativo, indique o link para acesso ao documento.

ANEXO I

Representantes MIEIB e ANPED-GT07

Adelaide Alves Dias	UFPB
Adriana Corrêa	Rio de Janeiro
Ana Lúcia Goulart de Faria	UNICAMP
Andréa Simões Rivero	UFFS
Andreia Mendes dos Santos	PUCRS
Angela Maria Scalabrin Coutinho	UFPR
Bianca Cristina Correa	USP
Conceição Gislâne Nóbrega	UFPE
Denise Maria de Carvalho Lopes	UFRN
Edna Lopes	Fórum Alagoano de Educação Infantil
Elaine Luciana Sobral Dantas	UFERSA
Gioconda Ghiggi	IFPR e UFPR
Jader Janer	UFF e UFJF
Jaime Farias Dresch	Uniplac
Joelma Carvalho Vilar	UFS
Lenira Haddad	UFAL
Lívia Fraga Vieira	UFMG
Luciane Pandini	UNISUL
Márcia Buss-Simão	UFSC
Maria Fernanda Nunes	UNIRIO
Maria Luísa Rodrigues Flores	UFRGS
Maria Renata Alonso Mota	FURG
Marilene Batista da Cruz Nascimento	UFS
Mércia de Figueiredo Noronha Pinto	UFMG
Monique Robain Montano	Fórum Gaúcho de Educação Infantil
Patrícia Corsino	UFRJ
Romilson Martins Siqueira	PUC-Goiás
Roseli Nazário	IFC
Soraya Conde	UFSC
Sumika Freitas	UFES
Tarcia Regina Silva	UPE
Viviane Drumond	UFT
Walburga Santos	UFSCar



www.anped.org.br

E-mail: anpedgt07@gmail.com

[Facebook.com/anped.educacao](https://www.facebook.com/anped.educacao)



www.mieib.org.br

E-mail: mieibsecretaria@gmail.com

[Facebook.com/MieibBR](https://www.facebook.com/MieibBR)